

H

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO

O Arquivo Geral de Simancas

SUA IMPORTANCIA CAPITAL
PARA A HISTÓRIA PORTUGUESA

Discurso inaugural da 6.^a Secção do Congresso de Salamanca
(Ciências Filosóficas, Históricas e Filológicas),
pronunciado
na sessão de 26 de Junho de 1923



COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1923



B)
30.253(460)AGS
EL

O ARQUIVO GERAL DE SIMANCAS

11

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO

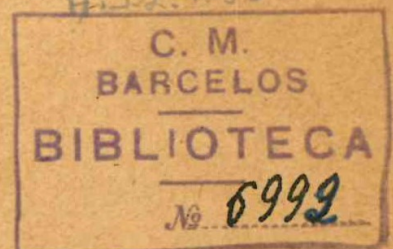
O Arquivo Geral de Simancas

SUA IMPORTANCIA CAPITAL
PARA A HISTÓRIA PORTUGUESA

Discurso Inaugural da 6.^a Secção do Congresso de Salamanca
(Sciências Filosóficas, Históricas e Filológicas),
pronunciado
na sessão de 26 de Junho de 1923



COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1923



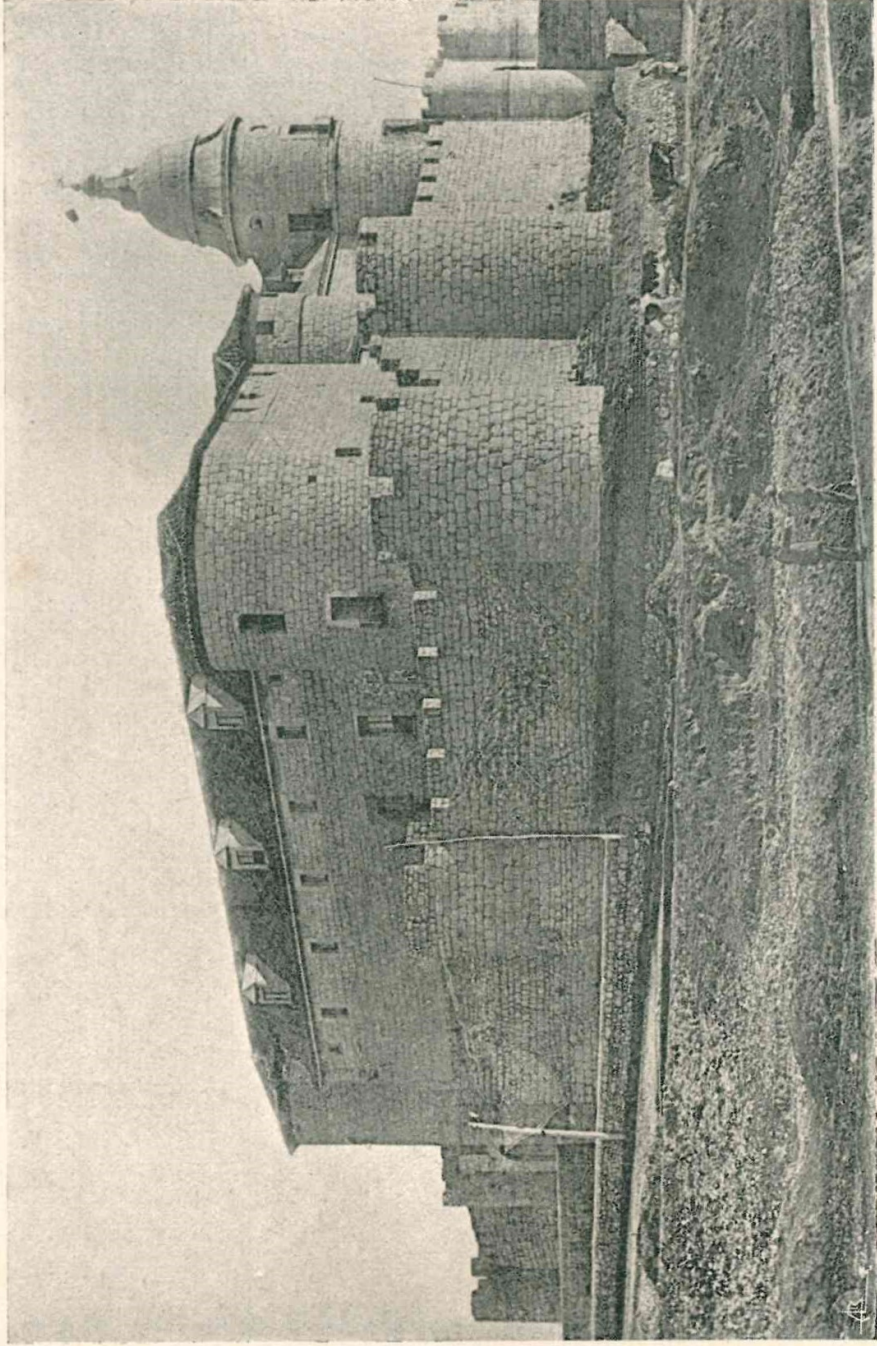
Barcelonense
Perm.

Separata de «*O Instituto*», vol. 70.º, n.º 7

AO

DR. JOÃO CAMOÊSAS

MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA



ARQUIVO GERAL DE SIMANCAS

O ARQUIVO GERAL DE SIMANCAS

SUA IMPORTANCIA CAPITAL PARA A HISTÓRIA PORTUGUESA

... existe neste Archivo documentação riquíssima referente a Portugal e... sem o estudo dela não se poderá escrever uma historia do paiz que satisfaça as exigencias modernas da critica.

Edgar Prestage, *Revista de Historia*,
vol. XI (1922), pág. 276.

Simancas, que teve na Idade-Média e ainda mantêm a categoria oficial de *villa*, não conta hoje sequer trezentos fogos, com menos de mil e duzentos habitantes. A dez quilómetros de Valhadolid, na margem direita do Pisuerga, que vai mais abaixo confundir-se com as águas do Douro, Simancas está situada na saliência dum outeiro, pequeno montão de casas côr de barro, apinhadas entre o rio e o castelo, que inteiramente as domina e protege. De longe, só destaca a igreja, com a sua tôrre reconstruída nos fins do século xvi; por dentro, ainda a vila é mais insignificante, mais triste, com os seus muros de adôbe, as suas ruelas pulverulentas e um ou outro casarão decrépito, em que por vezes destaca o florído brasão dos seus primitivos possuidores. Há, porém, um diminuto largo, a cavaleiro do rio, sôbre um pano da velha cêrca amuralhada, onde a tradição

coloca o demolido palácio de D. João II de Castela, que é uma verdadeira janela rasgada para um vasto panorama animado e risonho. A linda ponte de dezassete arcos, no *camino viejo* de Valhadolid a Tordesilhas; a sinuosa linha dos açudes, arrendados de espuma nevada; à esquerda, uma densa mata de pinheiros mansos, num tom de perene verdura; à direita, campos cultivados, veigas feracíssimas, até à confluência do Pisuerga e do Douro: todo êste variado e gracioso conjunto forma um violento contraste com as áridas colinas do norte, as desoladas terras do Páramo, despidas de árvores, manchadas de nódoas alvacentas, êrmas, monótonas, ardentes no verão, batidas no inverno dos ventos glaciais da mesêta castelhana.

Simancas tem uma larga história. No segundo quartel do século x, já o seu nome se encontra ligado a uma das mais sangrentas batalhas da Reconquista, entre Abderrahaman III e Ramiro II de Leão. Desta vila, em 1427, saíu desterrado para quinze léguas da côrte o célebre valido de D. João II, o condestável D. Álvaro de Luna. Aqui se realizou, nos fins de 1465, uma grotesca cerimónia, inofensiva paródia de outro espectáculo mais trágico, sendo julgado e queimado, em efígie, o turbulento arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrillo, um dos magnates de Castela, que meses antes, num tablado erguido às portas de Ávila, tivera parte principal na afrontosa solenidade em que o impotente Henrique IV fôra, também em estátua, despojado de todos os atributos e insignias da realeza, e declarado deposto do reino, em favor de seu irmão, o jovem príncipe D. Afonso. Entre os seus muros viveu algum tempo, entregue aos cuidados de Pedro Núñez de Guzmán, clavário da Ordem de Calatrava, o in-

fante D. Fernando, neto dos Reis Católicos e sucessor de Carlos V no império da Alemanha. Durante a guerra civil das *Comunidades*, à sua favorável situação entre Valhadolid e Zamora, qual um espinho cravado no flanco dos insurrectos, deveu Simancas o importante papel que desempenhou na vitória das tropas reais; e na sua praça foi até decapitado um dos principais caudilhos da insurreição, D. Pedro Maldonado Pimentel, regedor de Salamanca, como tantos outros dêsses bravos campões das liberdades de Castela, mártir do implacável rigor dum príncipe moço e estrangeiro, ansioso por concentrar nas suas mãos o poder absoluto dos Césares antigos. ;Pois os panegiristas ergueram depois até às nuvens a clemência de Carlos V, no generoso castigo dos *comuneros* vencidos!

Também com a história portuguesa se enlaça o nome de Simancas. Quando D. Denis de Portugal foi envolvido nas lutas civis de Castela, abertas pelo falecimento de Sancho o Bravo, e que tão agitada e angustiosa tornaram a menoridade de Fernando IV, as tropas portuguesas transpuseram a fronteira, em fins de Setembro de 1296, avançando por Ciudad Rodrigo e Salamanca sôbre Valhadolid, onde então se encontravam a enérgica rainha viuva, D. Maria de Molina, e seu filho, criança de dez anos. Mas a entrada do inverno, a desistência de alguns ricos homens castelhanos, seus aliados, que recusaram pôr cêrco a Valhadolid; e, por ventura, a esperança de obter de Castela um vantajoso tratado — como depois foi o de Alcañices — moveram D. Denis a levantar os arraiais, que assentara em Simancas, e a retroceder em direcção ao seu país, por Medina del Campo, aproveitando, porêem, a retirada para conquistar as vilas da comarca de

Riba de Côa, que em parte já tinham sido dependência da corôa portuguesa. Em 1381, ao romper das hostilidades entre D. Fernando de Portugal e D. João I de Castela, em Simancas se concentraram as fôrças destinadas a sitiarem Almeida, sob o comando do próprio rei; e no ano seguinte, da mesma povoação saiu também o grosso do exército castelhano, que devia opôr-se à invasão da Extremadura pelas tropas aliadas de D. Fernando e do Conde de Cambridge, investida definitivamente suspensa pelo tratado de paz que o monarca português, mais fatigado das depredações e violências dos homens de armas ingleses, do que das perdas da guerra, secretamente negociara com D. João I.

É este glorioso passado, que ainda mais diminue e apouca a Simancas de hoje. Só o castelo guarda a sua nobreza histórica. Antiga propriedade dos Enriquez, almirantes de Castela, os Reis Católicos compraram-no em 1480, por doze *cuentos de maravedis de juro*, incorporando-o nos bens da corôa. A mudança de dono fê-lo também variar de destino, passando de domínio senhorial a prisão de Estado. Sandoval, na sua *Historia de Carlos Quinto*, conta que Fernando o Católico ali mandou encerrar o vice-chanceler de Aragão, D. Antonio Agustín, porque ousadamente *requirió de amores a la reyna Germana*, sua segunda esposa. Mas é no tempo do Imperador e de Felipe II, que a crónica desta fortaleza se nubla de episódios trágicos.

O fogoso e arrebatado bispo de Zamora, D. Antonio de Acuña, que tão valorosamente figurara na insurreição das *Comunidades*, aqui esteve preso cinco anos. Um dia, na ânsia de evadir-se, mata o velho alcaide do castelo, Mendo de Noguerol, seu carcereiro. Então, Carlos V, em processo

sumário, sem defensor nem audiência pública, manda-o julgar e garrotar, na ameia correspondente ao torreão em que estivera encerrado, e que ainda conserva o nome de *cubo del Obispo*. Assim terminou a vida do famoso agitador, na tarde de 23 de Março de 1526, sendo êle próprio quem, durante o fúnebre cortejo, com voz firme e segura, entoou as orações rituais dos finados.

Em 1566, como representantes da nobreza flamenga, chegaram a Madrid o marquês de Berghes e Floris de Montmorency, barão de Montigny e antigo governador de Tournay, na Flandres. Era seu encargo pedir a Felipe II providências contra as perseguições e atropelos que estavam sofrendo. O rei foi adiando a resposta; mas no mesmo dia em que recebeu do duque de Alba a notícia da prisão dos condes de Egmont e de Hornes, mandou encarcerar Montigny no alcaçar de Segóvia. Transferido depois para Simancas, na noite dum sábado, 14 de Outubro de 1570, quatro embuçados cavaleiros, que já tinham saído a ocultas da cidade vizinha, silenciosamente se apeiam à porta do castelo. Era o alcaide da Real Chancelaria de Valhadolid, com esta comitiva lúgubre: um escrivão, um padre e o carrasco. A Montigny, que de nada suspeitava, é então notificada a sentença a que fôra condenado no processo que o duque de Alba mandara instaurar, em Bruxelas, contra êle e contra a memória do marquês de Berghes — que falecera poucos meses depois da sua chegada a Madrid — como réus de lesa-majestade, por cumplicidade na conjura do príncipe de Orange. O domingo foi consagrado a práticas religiosas. E por volta da uma para as duas horas da madrugada do dia 16 — para que houvesse tempo de recolher o alcaide ainda de noite a

Valhadolid — era Montigny executado, mas *en tal manera* — recomenda expressamente a provisão régia, existente no Arquivo — *que, quanto sea posible, los que le hobieren de amortajar después de muerto... no conozcan haber sido la muerte violenta.* ; Assim mandava Felipe II cumprir a sentença, e fazia depois correr públicamente que o pobre Montigny fôra vítima de febres malignas !

*

* *

Apresenta o castelo de Simancas uma dupla cinta de fossos e muralhas, com duas portas de silharia, construídas no penúltimo quartel do século xvi, quando a antiga fortaleza já começara a ser adaptada a arquivo geral da monarquia espanhola. A cada ponte corresponde, no pano do muro, uma porta, ambas abertas no vão de dois cubêlos, a do norte, vulgarmente chamada *del Rey*, sobranceira à moderna estrada de Valhadolid a Salamanca, e a do poente, que é a principal, à entrada da vila, única que dá agora serventia. Tem o castelo a forma dum quadrilátero irregular, apoiado em quatro grandes torreões diferentes; mas a sólida fortaleza medieva, fronteira do reino de Leão, já sofreu modificações no primitivo plano, para se ajustar ao seu destino actual. Interiormente, é que as obras de adaptação foram completas: a escadaria de honra, o espaçoso patio central, a construção de novas salas, a divisão das antigas, raros vestígios deixaram da primordial moradia dos almirantes de Castela.

Nas cinqüenta e quatro salas dêste imenso edificio, em es-

tantes de madeira, algumas delas preciosas, e principalmente em armários, cavados na espessura das paredes, com as prateleiras e divisórias em gesso, estão arquivados milhões de documentos, distribuídos por 61.505 maços (*legajos*), além de 5.196 volumes de documentos encadernados — não obstante a perda que êste Arquivo sofreu em 1914, pela saída dos papéis relativos ao Tribunal da Inquisição (3.112 maços e 1.154 livros) que, por ordem do govêrno, foram transferidos para o Arquivo Histórico de Madrid.

Há quem atribua ao célebre cardeal Jiménez de Cisneros, quando regente de Castela, a idea de aproveitar a fortaleza de Simancas para depósito dos *papeles del Estado*. A Carlos V se deve, porém, a criação do Arquivo, ordenando por *cédula* de 19 de Fevereiro de 1543, endereçada ao presidente e ouvidores da Chancelaria de Valhadolid, que trasladassem do castelo de la Mota, de Medina del Campo, para o de Simancas, as escrituras concernentes ao património real, que ali tinham corrido perigo de incêndio, e as guardassem numa arca com duas chaves, que ninguém poderia abrir sem provisão sua. Depois, novas disposições foram tomadas para a recolhida de outros documentos, quer na posse de particulares, quer pertencentes aos Conselhos e Tribunais da nação; e, em 5 de Maio de 1545, era o licenciado António Catalan nomeado *tenedor del Archivo de Simancas*, com o vencimento anual de cem mil maravedises. Já então ocupavam onze arcas os papéis depositados no Tombo Nacional.

A segurança da fortaleza, experimentada em vários acommittimentos e assédios; a vizinhança de Valhadolid, onde o soberano fazia então, de preferênciã, a sua estância official, justificam plenamente a escolha do Imperador. Mas só no

reinado de Felipe II, a-pesar-de haver estabelecido a côrte em Madrid, distante quarenta léguas de Simancas, é que o plano esboçado por seu pai recebeu execução completa, ordenando em 1567 a Jerónimo de Zurita, cronista-mór do reino de Aragão e um dos homens mais eruditos do seu tempo, que por todos os meios se apoderasse e fizesse recolher àquele Arquivo, *las instrucciones, memoriales, cartas misivas, escrituras, i otros papeles concernientes al Estado i negocios publicos*, que tivessem pertencido a *embaxadores, secretarios, ministros i otros oficiales*, desde o tempo dos Reis Católicos, quer se encontrassem em poder dos seus herdeiros, quer de *otras qualesquiera personas, i en qualesquiera partes i lugares*. Mais providências tomou ainda Felipe II, exigindo dos Conselhos Reais, contadorias, tribunais, mosteiros e cabidos a entrega de todos os documentos que pertencessem à corôa.

Importantes obras de acomodação mandou também êste monarca realizar no castelo. Mas de tantos favores que o arquivo lhe mereceu, nenhum talvez mais relevante do que a nomeação de Diego de Ayala, em 1561, para o cargo de arquivista, pelo cuidadoso interêsse que sempre demonstrou, não só na coordenação e classificação dos papeis ali guardados, como no esquadramento de muitos outros, que ainda se conservavam ocultos. Foram até êsses serviços que tornaram o cargo de arquivista, por assim dizer, hereditário na sua família, uma espécie de património, de morgado, tãcitamente instituído em favor dos seus descendentes. O último, falecido em 1844, chamava-se Hilarión de Ayala.

Constantemente acrescentado com as espécies mais variadas, durante os reinados de Felipe III, Felipe IV e Carlos II,

a história do Arquivo de Simancas oferece-nos agora um episódio que se prende com a intervenção de Portugal na guerra da sucessão de Espanha. Quando os monarcas da Europa souberam, com assombro, que o último representante da Casa de Áustria, fraco, tímido, enfermiço, pusera termo às suas irresoluções, designando em testamento, como herdeiro, o duque Felipe de Anjou, filho segundo do Delfim de França, só o imperador da Alemanha, que julgara certa a herança para um dos seus filhos, o arquiduque Carlos, se absteve de reconhecer oficialmente o jovem neto de Luís XIV. Mas as hostilidades não tardaram a romper, tomando a Inglaterra, a Holanda e Portugal o partido do pretendente austríaco. A notícia do tratado de 16 de Maio de 1703, assinado em Lisboa pelos representantes das quatro potências aliadas, causou terror na côrte de Felipe V; e logo que o rei de Portugal, D. Pedro II, declarou guerra à Espanha, depois da chegada do arquiduque de Áustria a Lisboa, em Março do ano seguinte, o governo espanhol, receoso de que as fôrças coligadas invadissem a fronteira e avançassem sôbre Valhadolid, mandou retirar do Arquivo de Simancas e guardar com a maior segurança, em Burgos, os principais documentos do Patronato Real. Só em Setembro de 1706, quando o exército comandado pelo marquês das Minas, que meses antes conseguira fazer a sua entrada em Madrid, já retirava para os lados de Valência, diante de fôrças superiores, é que êsses papéis recolheram ao Arquivo.

Enriquecido com novas espécies, nos reinados de Fernando VI e de seu irmão Carlos III, quando êste soberano, depois de haver fundado na Corunha o Arquivo da Galiza, resolveu também criar na capital da Andaluzia o Arquivo

das Índias Espanholas, todos os documentos relativos a descobrimento, conquista e administração do Novo Mundo foram, em 1785, mandados transferir de Simancas para Sevilha. Mas, a despeito dêste golpe, o Arquivo Geral de Espanha podia ainda sem exagêro considerar-se, em princípios do século XIX, como um dos mais ricos e notáveis da Europa.

Da sua própria opulência resultou até a extorsão de que foi vítima durante as guerras napoleónicas. No empenho de fazer da capital da França a cabeça intelectual do mundo, deliberara Napoleão concentrar em Paris não só os arquivos de todos os Estados sucessivamente incorporados no Império, mas até os daqueles países que, definitiva ou transitòriamente, viessem a cair em seu poder. A grande cidade tornar-se-ia assim o colossal depósito dos principais monumentos da história política e administrativa da Europa, como já era o centro de todos os monumentos de arte e de literatura, sistematicamente arrancados às terras invadidas.

A primeira revelação de tão gigantesco plano foi um decreto, firmado dias antes do tratado de paz de Schoenbrunn, mandando que os arquivos do Santo Império Romano-Germânico, existentes em Viena, fôsem imediatamente transferidos para Paris; e 3.139 caixas, cheias de documentos escolhidos por uma comissão especial, chegaram a dar entrada na capital do Império. Por êsse tempo, foram os arquivos do Vaticano sujeitos à mesma selecção, sendo apartados 102.435 maços, com alguns milhões de documentos, que Napoleão mandou remover também para França. E idêntica sorte sofreram, pouco depois, os arquivos do Piemonte.

Quando Napoleão, após a desastrosa capitulação de Bailén, se viu forçado a assumir a direcção da guerra em Espanha,

ao passar por Valhadolid nos primeiros dias de 1809, não se esqueceu de pedir informações sôbre o Arquivo de Simancas; e em Agôsto do ano seguinte ordenou a Kellermann, cujo quartel general estava instalado naquela cidade, que fizesse transportar todos os seus papéis para Baiona. A primeira remessa, composta de 60 caixas, foi expedida em Novembro de 1810. Mas como Kellermann ponderasse ao ministro do Império, príncipe de Neuchâtel, que para a remessa total dos documentos seriam precisas mais de 12.000 caixas, Napoleão determinou que só se retirasse do Arquivo o que tivesse interêsse histórico; e a escolha foi confiada a Guiter, que já dera provas especiais da sua competência, como presidente da comissão incumbida de remover os papéis do Santo Império de Viena para Paris.

Pelas dificuldades de transporte e pouca segurança dos caminhos, Guiter só chegou a Valhadolid em princípios de Março de 1811; mas iniciou logo os seus trabalhos, coadjuvado pelo cónego D. Manuel Mogrovejo, o mesmo que, por encargo do general Kellermann, fizera a joeira dos primeiros manuscritos remetidos para França.

Segundo o relatório, por êle dirigido a Daunou, *Garde général dos Archives de l'Empire*, havia então, no castelo de Simancas, vinte e nove salas cheias de papéis. A antiga fortaleza, desde 1809, que servia também de caserna a fôrças do exército francês, que por vezes a transformaram num verdadeiro quartel. E apesar das providências do intruso govêrno de José Bonaparte, recomendando o maior cuidado na conservação do Arquivo; não obstante a afirmativa de Kellermann, em carta ao príncipe de Neuchâtel, declarando *que cet important dépôt est intact et a été soigneusement*

conservé dans le même ordre où je l'ai trouvé établi, os soldados da guarnição de Simancas deterioraram um grande número de maços do *Registro general del sello*, das *Contadurias generales* e dos *Diversos de Italia*, espalhando e confundindo muitos documentos, assim como arrancaram e queimaram quási todas as portas das estantes em que os primeiros maços se guardavam.

Propôs Guiter que fôsem mandadas para França algumas divisões completas do Arquivo, talvez cêrca da quarta parte dos papéis ali existentes. Depois, aguardando instruções, retirou-se para Valhadolid; e nenhuma recebera ainda, quando chegou àquela cidade a assustadora notícia de que o exército francês, que ocupara Portugal, batia em plena retirada diante das tropas anglo-lusas. Para não perder inteiramente o fruto duma viagem tão incomoda, Guiter deliberou agir por sua conta, mandando construir a toda a pressa 152 caixas e remetendo-as para França, com preciosos manuscritos, durante os meses de Maio e Junho de 1811. Constituíam 7.861 maços os documentos assim arrancados ao Arquivo de Simancas, entre êles vários instrumentos originais, da mais alta importância histórica, como os testamentos de Carlos V e da imperatriz Isabel, de seu filho Felipe II e do último soberano da dinastia austríaca em favor de Felipe de Anjou.

Assim que os Aliados restabeleceram o trono dos Bourbons, logo os países, cujos museus, bibliotecas e arquivos tinham sido postos a sacco, se apressaram a pedir a restituição de todos os objectos de arte, livros raros ou manuscritos de que estavam despojados. Em Setembro de 1814, o embaixador espanhol reclamou do govêrno de Luís XVIII que os papéis

arrancados a Simancas fôsem restituídos. Dada esta ordem ao *Garde général des Archives du Royaume*, que era o mesmo Daunou, observou êle ao Ministro do Interior do restabelecido reino, que entre os manuscritos provenientes dêsse Arquivo, alguns eram respeitantes a províncias de há muito francesas, como a Borgonha e a Lorena; que também lá se encontravam antigos títulos da casa real de França; e muito convinha, portanto, que tais documentos permanecessem nos arquivos de Paris.

Autorizado secretamente a conservar esses papéis, Daunou expediu os restantes para Baiona. Mas não tinham chegado ainda a Bordeus, quando Napoleão desembarcava da ilha de Elba no gôlfo Juan. O transporte ficou então suspenso; e só em Março de 1816 é que o govêrno espanhol pôde reavê-los, enviando-os imediatamente para Simancas. Os empregados do Arquivo logo notaram as lacunas, sendo remetida às Tulherias a lista dos manuscritos que faltavam, e solicitada com instância a sua restituição. O govêrno francês aduziu as razões, alegadas por Daunou. A Espanha insistiu; mas as reclamações não tiveram êxito, continuando os referidos documentos nos arquivos parisienses, onde constituem, ainda hoje, uma das mais importantes e consultadas colecções. Alguns dêles, referentes a D. Leonor de Áustria, esposa de D. Manuel de Portugal e de Francisco I de França, e ao tratado de paz entre Portugal e a Espanha, em 1668, interessam directamente à história portuguesa.

Para remediar a desordem do Arquivo, foi o ilustrado cônego de Plasencia, D. Tomás González, incumbido então, na qualidade de comissário régio, de reünir e catalogar todos os documentos dispersos, trabalho que êle completou, orga-

nizando índices ou inventários de diferentes secções. Depois, entre 1820 e 1858, tornaram-se tão abundantes as remessas de papéis enviados por diversos Ministérios, que nem um só aposento do castelo ficou devoluto, até as próprias dependências destinadas a moradia do arquivista, tendo o Govêrno mandado construir para êste fim uma casa, junto da antiga fortaleza. Várias obras foi ainda necessário executar dentro do edificio, para o adaptar inteiramente a Arquivo Nacional.

*

* *

Como a história de Espanha esteve, durante alguns séculos, intimamente ligada à história do mundo, numerosos investigadores, por ventura de todas as nações cultas, tem visitado Simancas, em busca de preciosos elementos para os seus trabalhos históricos. Franqueado ao público desde 1844, como os outros arquivos espanhóis, podem contar-se por dezenas os estrangeiros, subsidiados pelos respectivos govêrnos, que ali se têm demorado muitos meses e até um e mais anos consecutivos; e não são poucos também os nacionais, que a Simancas devem os mais variados subsídios para o documentado estudo de diferentes aspectos da civilização espanhola. De Portugal é que os registos do Arquivo, além de raros visitantes de algumas horas, apontam apenas três nomes: do falecido general Cláudio de Chaby, que nos últimos meses de 1861 ali esteve consultando os documentos relativos à intervenção das tropas portuguesas nas guerras do Russilhão e da Península; do professor da Faculdade de Letras do Pôrto, Damião Peres, que recen-

temente foi a Simancas estudar vários manuscritos referentes ao prior do Crato; e do autor destas linhas. Do Brasil ali se demorou, em 1846, o eminente polígrafo Francisco Adolfo Varnhagen, depois visconde de Pôrto Seguro, examinando diversos *papeles* concernentes à história e geografia do seu país.

A vila não oferece ao forasteiro comodidades algumas, nem sequer as mais rudimentares. Quando estive em Simancas pela primeira vez, nos meses de Setembro e Outubro de 1915, ainda lá havia uma pousada, o *Parador del Archivo*, com o tradicional aspecto das antigas estalagens castelhanas. Fronteira a uma das pontes do castelo, sôbre o pátio, calçado de ladrilhos, abria a cozinha, que era ao mesmo tempo a sala de visitas da casa. Em volta da lareira, duas taboas, embebidas na parede, serviam de bancos, com espaldeira de esparto. Aqui decorriam as horas, antes e depois da *cena*, ouvindo contar ao *posadero* ou à mulher as interessantes lendas de Simancas; mas não eram menos curiosas as recordações dos simpáticos velhos, revivendo o passado, evocando alguns daqueles sábios que, nos últimos trinta anos, ali se tinham hospedado, e cujos bilhetes de visita, amarelecidos do tempo, êles guardavam carinhosamente num largo sobrescrito, que era o braço nobiliário da pousada.

Hoje, que essa hospedaria acabou, tem o estudioso que alugar um quarto, em qualquer casa da vila; nem é possível, dadas as horas de trabalho no Arquivo — das oito da manhã às duas da tarde — pernoitar em Valhadolid e vir diariamente a Simancas. Mas estas contrariedades — a vila nem posto de correio tem! — não influem nos verda-

deiros investigadores. É que a cerrada floresta de papéis, que enchem todas as salas do castelo, como que domina e empolga e subjuga o estudioso, no insaciável empenho de ver tudo, de ainda descobrir mais algum documento desconhecido.

Ao contrário do que sucedia antes da guerra, poucos estrangeiros tem agora visitado o Arquivo. Durante os trinta e tantos dias que lá estive, em 1915, só ali encontrei, e deixei ainda trabalhando, uma ilustrada senhora norte-americana, *Miss Alice B. Gould*, que há mais de três anos vinha dividindo os seus estudos entre este Arquivo Geral e o de Sevilha, no propósito de consultar todos os documentos que interessassem a *Cristóvão Colombo* ou aos seus companheiros das primeiras viagens. Da última vez que estive em Simancas, durante quarenta e sete dias, apenas vi dois estrangeiros: um padre, comissionado pelo govêrno da Hungria, que estava estudando documentos relativos à história do seu país; e *Mr. J. Franklin Jameson*, director da *Carnegie Institution of Washington*, que procurava subsídios concernentes às relações entre os Estados Unidos e a Espanha, anteriores e posteriores à independência da grande república, em 1783. O primeiro já se encontrava em Simancas, há bastantes meses, e ainda lá se devia demorar muito, dada a variedade de documentos que tinha a consultar; o segundo retirou poucos dias antes do meu regresso a Portugal.

São em número de alguns milhares os manuscritos do Arquivo de Simancas, que directamente se prendem com a história portuguesa. Estão êsses manuscritos principalmente divididos por três secções: *Patronato Real*, *Secretaria de Estado* e *Secretarias Provinciales*; mas outros há ainda,

aliás de menos importância, nas secções denominadas *Secretaria de Hacienda, Secretaria de Guerra, Cámara de Castilla e Tribunal Mayor de Cuentas*.

No *Patronato Real* há 347 documentos subordinados ao título de *Tratados con Portugal*. Nesta colecção se encontram os seguintes contratos de casamento: da infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando de Portugal, primeiro com D. Fradique, filho bastardo de D. Henrique II, e depois com D. João I de Castela; da infanta D. Isabel, filha do infante português D. João, Mestre de S. Tiago, com D. João II de Castela; da infanta D. Joana, filha de D. Duarte de Portugal, com o impotente Henrique IV; de D. Afonso V com a infanta de Castela, D. Isabel, a futura Rainha Católica; do príncipe D. João, filho de D. João II de Portugal, com a infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos; de D. Manuel de Portugal com as três infantas de Espanha, D. Isabel, D. Maria e D. Leonor; de sua filha, a infanta D. Isabel, com o imperador Carlos V; de D. João III de Portugal com a infanta D. Catarina, irmã do imperador; de seus filhos, a infanta D. Maria e o príncipe D. João, com os filhos de Carlos V, Felipe II e a infanta D. Joana. Aqui figuram também todos os acôrdos, convenções, tréguas e tratados de paz, entre os soberanos portugueses, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V e D. João II, com os soberanos de Castela, D. Henrique II, D. João I, D. Henrique III, D. João II e a Rainha Católica, assim como os plenos poderes conferidos aos respectivos plenipotenciários e as minutas das suas instruções. Pertencem ainda a esta colecção muitas bulas pontificias, concedendo dispensas de parentesco, até para o malogrado casamento de D. Afonso V com a irmã de D. Hen-

rique IV; todas as negociações relativas aos dotes das infantas portuguesas e castelhanas; um grande número de poderes das principais cidades e vilas de Portugal, autorizando os seus procuradores a jurar as capitulações matrimoniais entre a infanta D. Beatriz e D. João I de Castela; interessantes documentos concernentes à infanta D. Joana, a Excelente Senhora, depois da sua vinda para Portugal, como a promessa e juramento de D. João II de que não permitiria que ela casasse, nem saísse do convento, no caso de se verificar o casamento de seu filho com a infanta D. Isabel, e diferentes bulas dos papas Sixto IV e Inocência VIII, obrigando a infeliz princesa a professar e guardar a regra de Santa Clara; diversos papéis sobre o regimen das terçarias; e importantes documentos respeitantes à sucessão da corôa portuguesa, por morte do cardinal rei D. Henrique, como as alegações de alguns pretendentes, um parecer da Faculdade de Teologia de Alcalá de Henares, justificando os direitos de Felipe II, cartas do prior do Crato, não só a várias terras, como a vinte e cinco dos seus partidários, edítos e sentenças contra êles promulgados, e as actas das côrtes portuguesas, em que o monarca espanhol e os príncipes D. Diogo e D. Felipe foram jurados pelos três Estados do reino. Merecem também ser mencionadas a intervenção da Rainha Católica para que D. João II desistisse do propósito de deixar a corôa ao filho bastardo, D. Jorge; e as negociações com D. Manuel de Portugal para um empréstimo de 50.000 cruzados de oiro ao condestável de Castela, por ocasião da guerra civil das *Comunidades*, empréstimo que depois foi descontado no dote da imperatriz Isabel.

Desta colecção, já há impresso um inventário, no *Catalogo V*

do Arquivo Geral de Simancas; mas deve ser revisto, pois tem bastantes incorrecções em nomes de pessoas e terras de Portugal. Das outras secções, não só copiosíssimas, mas muito mais valiosas para a história portuguesa, pois compreendem documentos, na sua grande maioria inéditos, não existe ainda Catálogo impresso.

Na secção denominada *Secretaría de Estado* há centenas de maços referentes a Portugal, que a recentíssima e valiosa *Guía del Investigador*, de D. Mariano Alcocer Martínez, actual director do Arquivo, reúne sob a designação comum de *Negociaciones de Portugal*. Mas a numeração dos maços não é seguida, pois estão repartidos em três grupos e o último ainda em sub-grupos, conforme os assuntos a que se referem.

O primeiro grupo, intitulado *Correspondência* — tanto na *Guía del Investigador*, como na *Guía de la villa y Archivo de Simancas*, de Francisco Díaz Sánchez, publicada em 1885 e há muito esgotada — pertence à Série II da *Secretaría de Estado* e compreende 72 maços, desde o n.º 367 a 438, segundo a numeração antiga, e desde o n.º 165 a 191, conforme a numeração moderna, em que o mesmo número abrange geralmente mais do que um maço. Os documentos dêste grupo tem uma importância capital. São muitas as cartas autógrafas dos monarcas portugueses, D. João III e sua esposa, D. Sebastião e D. Henrique; e abundam as dos embaixadores espanhóis, Lope Hurtado, D. Luís Sarmiento de Mendoza, D. Hernando Carrillo, D. João de Borja, D. João de Silva, D. Cristóvão de Moura e o duque de Ossuna, assim como de outros agentes menores, que Felipe II enviara a Portugal, logo depois da catástrofe de Alcácer-Quibir. Estas cartas são preciosas para o conheci-

mento da côrte portuguesa, pois todas as intrigas de cor-
tezãos e válidos ali estão comentadas, da mesma maneira
que os principais factos occorridos na metrópole e possessões
ultramarinas; mas é, principalmente, para a história verda-
deira daquele vergonhoso período de 1579-1580, que é in-
dispensável estudar toda essa correspondência, assim como
outros documentos coevos, pertencentes a esta colecção: as
instruções de Felipe II a Fr. Hernando del Çastillo para
dissuadir o rei D. Henrique dos seus propósitos de casa-
mento, que tanto podiam prejudicar as ambições daquele
monarca; as negociações secretas entre a duqueza de Bra-
gança, D. Catarina, e o rei de Espanha, para a renúncia
dos seus direitos à corôa portuguesa; as cartas do duque
de Alba e do seu secretário, João de Albornoz, sôbre a
invasão de Portugal; e um grande número de papéis rela-
tivos ao prior do Crato, desde a protecção que em tempo
lhe concedera Felipe II contra a má vontade do cardial
D. Henrique, até à sua perseguição pelas tropas de Sancho
de Ávila, depois do combate de Alcântara.

Na mesma Série se encontram vários documentos sôbre
a vida de D. Sebastião, os seus projectados casamentos, a
conferência de Guadalupe e a expedição à África; relações
da batalha de Alcácer-Quibir e do encontro do cadáver do
rei portuguez; a descrição da cerimónia do juramento, nas
côrtes de Tomar, e a lista das pessoas exceptuadas do perdão
geral; cartas do marquês de Santa Cruz sôbre a occupação
da ilha Terceira; providências para o armamento e saída
da Invencível Armada; processos contra alguns falsos D. Se-
bastião; despachos e minutas referentes ao govêrno de Por-
tugal, desde a retirada de Felipe II para Espanha até 1618.

Também a esta colecção pertencem diversos papéis respeitantes ao estabelecimento da Inquisição em Portugal e à representação dos seus prelados no Concílio de Trento; larguíssimas referências à celebrada infanta D. Maria, filha de D. Manuel e da rainha D. Leonor; instruções para a observância do novo Calendário Gregoriano; descrições de autos-de-fé; cópias de bulas pontificias, relativas à Ordem de Cristo e ao Priorado do Crato; muitas notícias sobre Fr. Luís de Granada e a Ordem dos Dominicanos; e até uma carta autógrafa, escrita a Felipe II por um grande artista português, Francisco de Holanda, lembrando-lhe os retratos que de Carlos V e da imperatriz Isabel fizera seu pai, António de Holanda, em Tolêdo, e oferecendo-lhe duas imagens de sua mão, a preto e branco, uma da Paixão e outra da Ressurreição de Cristo. Esta carta não figura hoje no maço correspondente, pois se encontra exposta em uma das vitrinas do Arquivo, com muitos outros autógrafos, entre êles alguns de monarcas e príncipes de Portugal. Está datada de Lisboa, *dia de São Vicente*, mas sem indicação de ano. Mão estranha — provavelmente D. Tomás González, que em 1820 redigiu o inventário da *Negociacion de Portugal* — escreveu, à margem: 1572? Mas não pode ser exacto, pois Francisco de Holanda diz que mandará ao rei as duas imagens *por o seu Embaixador D. João Borgia*. Ora D. João de Borja, que veio para Portugal em fins de 1569, só regressou a Espanha em 1575, por lhe ter sido então dada, a a seu instante pedido, a exoneração do cargo, como prova uma carta de Felipe II, existente no maço n.º 388 (fol. 193) desta mesma Série. A carta de Francisco de Holanda deve ser, portanto, de 22 de Janeiro de 1575.

O segundo grupo da *Negociacion de Portugal*, pertencente à Série IV da *Secretaría de Estado*, está subordinado ao título de *Consultas* e compreende 22 maços, do n.º 2.614 a 2.635 da numeração antiga, e 1.016 a 1022 da numeração moderna. Pode considerar-se uma continuação do grupo anterior, pois os documentos desta colecção vão do ano de 1620 a 1678; mas a distribuição é defeituosa, pois na Série V se encontram também documentos do mesmo período e até sobre os mesmo assuntos. Nesta colecção há muitas consultas do Conselho de Estado, principalmente posteriores à Restauração de Portugal; copiosa correspondência dos embaixadores de Espanha, em seguida à paz de 1668; repetidas instâncias da côrte de Lisboa para a restituição à casa ducal de Medina Sidonia da cidade de Sanlucar de Barrameda, que lhe tinha sido confiscada pelo indirecto auxílio que prestara à independência portuguesa; avisos confidenciais sobre as embaixadas do Padre António Vieira; notícias relativas à situação dos judeus, nessa época, e descrição dos tumultos, ocorridos em 1674, por se haver espalhado o boato de que lhes ia ser dado perdão geral; interessantes pormenores sobre a deposição do rei D. Afonso VI; propostas e pareceres concernentes às relações políticas entre Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda; e diversas referências aos mais variados factos, sucedidos durante esse período, como a arrojada intervenção do príncipe D. Pedro — depois D. Pedro II — numa tourada em Aldeia Galega, para salvar um cavaleiro que fôra derribado por um touro, ou a descrição de uns tumultos, que em 1675 houve na Universidade de Salamanca, e cuja principal culpa se attribuía aos estudantes portugueses que a frequentavam.

O terceiro e último grupo da *Negociacion de Portugal* divide-se em dois sub-grupos, ambos pertencentes à Série V da *Secretaría de Estado*. O primeiro é composto de 30 maços, do n.º 4.027 a 4.056 da numeração antiga, e contém documentos que, pela época a que pertencem, deviam figurar na Série IV. Tais são, por exemplo, os relativos ao govêrno da princesa D. Margarida de Áustria, duqueza de Mântua, em Portugal, e aos antecedentes da Restauração de 1640. Também nesta colecção se encontram muitos papéis referentes a um lance em que foi envolvido o marquês de Gouveia, embaixador de Portugal em Madrid, cujos criados desobedeceram à justiça, tendo-lhe depois a populaça apedrejado a casa. Nos restantes documentos, figuram bastantes que interessam ao Brasil e à Colónia do Sacramento, na margem esquerda da Rio da Prata; a um ataque, feito por corsários franceses, à cidade do Rio de Janeiro; ao estabelecimento, em Portugal, de duzentas famílias de cristãos novos de Espanha; aos desacatos cometidos em Viena de Áustria, pelo embaixador português, marquês de Arronches; ao socorro dado por Portugal à Espanha, para libertar Melilha do cêrco que lhe tinham posto os mouros; e ao aprisionamento de embarcações portuguesas, por corsários espanhóis. A maioria consta, porem, de informações diplomáticas, deveras interessantes, não só para o conhecimento da vida íntima da côrte de Lisboa, como da história política da Europa, desde 1670 a 1699.

O segundo sub grupo da Série V da *Secretaría de Estado* compreende 412 maços, do n.º 7.041 a 7.452 da numeração antiga. Não aponto a numeração moderna, por terem os *libros copiadores*, de que há bastantes nesta secção, nu-

meração diferente da dos *legajos*; e basta aquela para identificar qualquer maço, que se deseje consultar. Está dividido em três partes: *Correspondência*, do n.º 7.041 a 7.346; *Legajos particulares*, do n.º 7.347 a 7.373; e *Límites en la America Meridional*, do n.º 7.374 a 7.452.

A primeira parte consta da correspondência oficial dos embaixadores espanhóis, desde 1668 a 1788. Mas como a arrumação do arquivo foi sucessivamente feita, à medida que lá iam entrando os *papeles del Estado*, também nesta colecção se encontram documentos que deviam pertencer à Série IV. Está neste caso a correspondência secreta, subordinada ao título de *Junta de inteligências de Portugal*, que corresponde aos anos imediatos à Restauração, desde 1641 a 1647. Por abranger mais de um século, a correspondência diplomática fornece curiosos dados, não só sobre a política internacional, tão movimentada então, como sobre os principais factos ocorridos em Portugal: conflito com os embaixadores estrangeiros, que abusavam das suas imunidades e privilégios; erecção da Capela real a Patriarcado; pleito do duque de Baños sobre a sucessão da casa ducal de Aveiro; desavenças com a Cúria romana; tumultos contra o embaixador espanhol, marquês de Capicelatro, como reacção pela afronta que sofrera, em Madrid, o embaixador português, Pedro Álvares Cabral; atentado contra o rei D. José e processo dos Távoras; rompimento com a Espanha, em 1762; e muitos outros, menos importantes, que seria fastidioso enumerar. Pertencem ainda a esta colecção cinco maços com cartas particulares de vários membros da família real portuguesa, e um maço com a correspondência trocada entre os reis D. José e Carlos III, nos anos de

1767 e 1768, sôbre um projecto de aliança entre as duas corôas.

A segunda parte, apesar da designação de *Legajos particulares*, compreende também documentos oficiais, que deviam figurar na anterior, por dizerem respeito ao mesmo período. São importantes as notícias relativas ao comércio entre as duas nações; ao valor da moeda portuguesa; às medidas para repressão do contrabando e entrega de desertores; às viagens do valente e aventureiro infante D. Manuel, irmão de D. João V; ao cerimonial e formulário das relações entre as côrtes de Lisboa e Madrid; aos privilégios da Irmandade de Santo António dos portugueses, em Sevilha; e à troca de prisioneiros espanhóis e ingleses.

Os documentos da terceira parte da Série V referem-se, principalmente, à larga contenda entre Portugal e Espanha, por causa dos limites meridionais do Brasil. Outros há, porém, relativos à cedência das ilhas de Fernando Pó e Ano Bom à Espanha, pelo tratado de 24 de Março de 1788.

A secção das *Secretarías Provinciales* corresponde aos antigos Conselhos instituídos em Madrid, junto da pessoa do rei, para a administração dos negócios públicos de Nápoles, Sicília, Milão, Flandres e Portugal. Os papéis concernentes à *Secretaría Provincial de Portugal* compreendem 34 maços, do n.º 2.634 a 2.667 da numeração antiga e 507 a 517 da numeração moderna; e 129 livros encadernados em pergamino, do n.º 2.668 a 2.796 da numeração antiga e 1.455 a 1.583 da moderna. É uma colecção preciosa, versando os assuntos mais variados, como as providências adoptadas, em 1580, para a perseguição do prior do Crato; cartas de diferentes terras e fidalgos, prestando obediência a Felipe II,

depois da sua entrada em Portugal; registo das cartas régias, decretos, provisões e despachos sôbre petições de partes, durante os sessenta anos da dominação espanhola; consultas do Dezembargo do Paço; correspondência official dos vice-reis e governadores do reino com Felipe II, Felipe III e Felipe IV; dois maços de cartas do governador de Ceuta, desde 1654 a 1668; os regulamentos da Alfândega de Lisboa, da Casa da Moeda, da Casa da Índia e da Confraria da Misericórdia de Braga; depesas e rendimento das Capitánias do Brasil, no ano de 1605; um relatório sôbre o comércio da pimenta; as ordens do dia do famoso almirante D. Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz, de 1580 a 1587; e muitos processos de habilitação para a concessão de hábitos das Ordens de Cristo, Santiago e Avis, que se prolongam até 1668, quer dizer, até à celebração das pazes com Portugal. Se bem que o maior número de documentos desta *Secretaría Provincial* diga respeito, como o próprio título da secção está indicando, ao período em que Portugal podia ser considerado uma província de Espanha, outros há muito anteriores, como os traslados de diversas bulas e breves pontifícios, entre os quais um breve de Paulo III, de 1539, sôbre a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, no reinado de D. João III. É êste um defeito da primitiva arrumação do Arquivo; mas defeito, na realidade, sem remédio, por mais que se procure melhorar a numeração e catalogação dos maços, por assuntos e matérias, já que não pode alterar-se a ordem antiga, dadas as inúmeras citações dêstes documentos, em tantas e tão importantes obras publicadas, espanholas e estrangeiras.

Não tratarei dos documentos pertencentes às secções denominadas *Secretaría de Guérra e Tribunal Mayor de Cuentas*, pelo seu carácter muito especial; e da *Cámara de Castilla*, apontarei apenas os papéis, que se referem à entrada de D. Afonso V em Castela, depois da morte de Henrique IV. No entanto, o brevíssimo resumo, que fiz das outras colecções, basta para dar uma idea aproximada da riqueza dos manuscritos existentes no Arquivo Geral de Simancas, relativos a assuntos portuguezes. Um catálogo completo e anotado seria o mais valioso subsídio para quem se propuzesse escrever a história de Portugal. Isto seria, porém, trabalho assíduo para alguns anos, principalmente se fôsse acompanhado da transcrição dos mais notáveis documentos. Mas, quando não possa conseguir-se tanto, será sempre um óptimo serviço, prestado à história das duas gloriosas nações da Península, o desbastar dessa enorme e cerrada floresta de papéis, onde tão importantes segredos e mistérios se conservam ainda ocultos.

biblioteca
municipal
barcelos



6992

○ Arquivo geral de Simancas